

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 20 A 26 DE OUTUBRO DE 1981
Nº 167 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro

Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Ricardo

Letícia Cotrim

Zwinglio Mota Dias

Carlos Rodrigues Brandão

Jether Pereira Ramalho

Eliseu Lopes

Henrique Pereira Junior

Carlos Mesters

Beatriz Araújo Martins

CEDI

COORDENADOR DAS PUBLICAÇÕES

Paulo Cezar Loureiro Botas

EDITOR DO ACONTECEU

José Ricardo Ramalho

COLABORADOR NA SEÇÃO ÍNDIOS

Rubem Thomaz de Almeida

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 300,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 1.200,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082

22221 - Rio de Janeiro - RJ

TRABALHADORES URBANOS

SINDICATOS ACUSAM PRESIDENTE DA FIESP

Mais uma manobra da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo para amedrontar trabalhadores e desmobilizar a campanha salarial dos metalúrgicos, dos têxteis e gráficos, entre outras categorias profissionais. Assim dirigentes de sindicatos e de federações de industriários interpretaram as declarações do presidente da Fiesp, Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, segundo as quais as demissões em massa vão continuar e que não poderiam ser evitadas pelo pretendido acordo, proposto por empresários, para redução da jornada de trabalho com diminuição dos salários. "Então, por que os empresários buscaram conseguir esse acordo?" - pergunta Hugo Perez, presidente da Federação dos Urbanitários, para quem a declaração de Vidigal deixa claro que os empresários pretendiam apenas "financiar" as demissões em massa, com a redução de salários, sem dar nenhuma garantia de estabilidade ao trabalhador. Perez diz ainda que dirigentes da Fiesp tentaram responsabilizar os representantes dos trabalhadores pelas dispensas - em razão de não terem obtido a redução da jornada e salários - e agora fica evidenciado "que tal acordo não iria adiantar nada e que a responsabilidade pelas dispensas continua sendo dos empresários". (FSP - 20/10/81)

METALÚRGICOS DE SÃO PAULO REJEITAM POR UNANIMIDADE CONTRA PROPOSTA DE EMPRESÁRIOS DO GRUPO 14

Assembléia dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco, que reuniu 700 trabalhadores ontem à noite, recusou por unanimidade a contraproposta patronal - que, entre outros itens, incluiu produtividade zero e piso salarial de Cr\$ 14 mil 832 (o atual é de Cr\$ 12 mil 35), além de ter fixado um critério para dispensas. O presidente do Sindicato da Capital, Joaquim dos Santos Andrade, propôs a preparação do "estado de greve". A falta de acordo com os representantes do Grupo 14 da Federação das Indústrias, na reunião com os dirigentes sindicais, à tarde, já indicava este resultado, depois que os empresários fecharam questão em torno da contraproposta. A preparação para o "estado de greve" implica provável decisão de paralisação nas duas próximas assembleias dos trabalhadores, de quarta e sexta-feira, caso os metalúrgicos não aceitem uma nova proposta das empresas, a ser apresentada aos sindicatos na terça-feira. (JB - 24/10/81)

COMISSÃO DE DESEMPREGADOS PEDE ALIMENTO DE GRAÇA

Uma comissão de 20 desempregados da região de Santo Amaro (cidade de São Paulo) foi ontem à delegacia regional da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) em São Paulo pedir alimentos de graça, "pois nós não temos dinheiro para comprar comida e estamos passando fome". Os desempregados não estiveram acompanhados de nenhum parlamentar: a deputada Irma Passoni, do PT, acompanhou-os até a entrada do prédio, mas não quis subir, por causa da ausência de "outros deputados". Pouco antes de ir à Cobal, a comissão esteve participando de uma manifestação contra o desemprego no largo 13 de Maio, em Santo Amaro, a qual reuniu cerca de 200 pessoas. Essas manifestações são organizadas pelo Movimento Contra o Desemprego de Santo Amaro e já vêm sendo realizadas há um mês e meio, sempre às segundas-feiras, às 8 horas. Na manifestação de ontem, muitas pessoas procuravam empregos em jornais, enquanto outras subiam numa muralha e protestavam contra a situação de desemprego, "que não foi criada por nós". Muitos disseram que estavam desempregados há seis meses ou

~~até há um ano e se queixavam de que "chegamos a uma situação de não termos mais pão em casa para darmos aos nossos filhos". (FSP - 20/10/81)~~

PROFESSORES DE 27 ESCOLAS SUPERIORES DO PAÍS AMEAÇAM PARAR EM NOVEMBRO

Os professores das 19 universidades federais autárquicas e mais oito escolas isoladas existentes no país, podem entrar em greve geral, a partir do dia 3 de novembro próximo, caso o MEC não atenda de forma satisfatória às suas reivindicações. A decisão foi aprovada ontem na reunião do 3º CONAD - Conselho Nacional das Associações de Docentes de Ensino Superior, depois de ouvirem a opinião de todas as instituições de ensino. Apesar de ter o Ministro da Educação marcado audiência com a diretoria da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior - ANDES - para o próximo dia 29 de outubro "para negociar e discutir com a classe as suas reivindicações", o presidente da ANDES, Osvaldo Maciel, diz que esta expectativa dos professores poderá ser frustrada. (JB - 25/10/81)

CRESCER MOVIMENTO DE PROFESSORES NO RIO GRANDE DO NORTE

Aproximadamente 10 mil dos 14 mil professores da rede de ensino do Rio Grande do Norte entraram ontem no segundo dia de greve, reivindicando o pagamento de salários atrasados, aprovação do 13º salário, reajustes semestrais e enquadramento no Estatuto do Magistério. O presidente da Associação dos Professores, Manuel Lucena, disse que o movimento cresceu, fato admitido também pelo secretário de Educação, Luiz Carneiro. Segundo o comando de greve, em Natal estão funcionando apenas as escolas de 1º grau dos bairros periféricos, às quais os alunos frequentam principalmente em busca de merenda escolar. No interior do Estado cresceu o apoio e as sete maiores cidades já se integraram ao movimento. A comissão Justiça e Paz, a Unidade Sindical, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a Associação dos Professores Universitários e outras entidades divulgaram nota de solidariedade aos grevistas, considerando o pedido de pagamento dos salários atrasados. A nota acusa o governo de gastar grandes somas em "obras discutíveis e deixar de atender os reais interesses da população, entre eles sobressaindo-se a fundamental necessidade da educação." (ESP - 22/10/81)

COMEÇA GREVE NO PARÁ

Os estudantes e professores da Universidade Federal do Pará entraram em greve ontem, por tempo indeterminado, reivindicando principalmente suplementação de verba para a UFPA. O MEC fez grandes cortes nos orçamentos da universidade para este e para o próximo ano, o que significará inclusive a desativação de alguns setores. A paralisação foi decidida anteontem à noite, durante assembleias das duas categorias. Todas as atividades da UFPA foram suspensas, havendo aulas somente na Faculdade de Medicina, a única que funciona fora do campus. Os professores querem também que o MEC autorize o reajuste semestral para a categoria, e vão propor uma greve nacional durante o II Conselho Nacional de Associações Docentes, que começa amanhã, em Brasília. (ESP - 22/10/81)

DEMISSÕES REATIVAM A GREVE DOS FUNCIONÁRIOS

Em assembleia geral realizada na tarde de ontem, os funcionários da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) decidiram retomar a greve encerrada na última sexta-feira, para lutar pela readmissão de 14 servidores - integrantes da diretoria da Associação dos Servidores - demitidos pelo reitor. Na mesma assembleia, que reuniu cerca de 4 mil pessoas (além dos cerca de 2.500 funcionários houve grande comparecimento de alunos e docentes), os professores e estudantes decidiram deflagrar a

mobilização permanente para apoiar o movimento dos servidores e defender também a suspensão da portaria que exonerou 8 diretores de unidades, 5 deles integrantes da lista de 17 "reitoráveis". Os docentes deliberaram manter suas atividades acadêmicas, mas os alunos decidiram só comparecer ao campus para promover assembleia e discussões em torno da crise em que a universidade mergulhou. (FSP - 20/10/81)

FUNCIONÁRIOS EM GREVE EM PELOTAS (RS)

Por falta de recebimento dos salários de setembro, os 150 funcionários da Secretaria Municipal de Planejamento de Pelotas - a 250 quilômetros ao Sul de Porto Alegre - e os 260 professores e empregados do Colégio Municipal Pelotense estão sem trabalhar desde a última sexta-feira. O secretário da Associação dos Funcionários Municipais de Pelotas, Luís Carlos Volcan, disse que esses profissionais em greve só voltarão às atividades normais depois de receberem os salários atrasados. A decisão é conseqüente de assembleias gerais feitas na quinta-feira passada: uma na Secretaria do Planejamento e outra no Colégio Pelotense. (ESP - 20/10/81)

TRABALHADORES RURAIS

GOVERNADOR ACUSADO DE DEMAGOGIA EM PERNAMBUCO

A Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco (Fetape) acusou ontem o Governo do Estado "de atrelar a questão social à questão eleitoral", na área da seca, "por buscar votos com a estiagem, tentando fortalecer a velha estrutura da oligarquia do poder municipal". A denúncia foi feita em documento distribuído pelo órgão, após uma reunião de 20 sindicatos de trabalhadores rurais sertanejos, na cidade de Serra Talhada, quando chegou-se à conclusão de que apenas um quarto dos 148 mil alistados no Programa de Emergência foi aproveitada no atual plano de obras públicas, que vem sendo executado pelo Governo estadual, com verbas da Sudene. Segundo a Fetape, de "cada 1 mil agricultores inscritos anteriormente, 750 estão desempregados, passando graves privações". Os trabalhadores vão marcar uma audiência com o Governador, e caso não sejam atendidas suas reivindicações, para amenizar os efeitos da seca, deverão realizar, no mês de novembro, concentração em frente ao Campo das Princesas, para providências. (JB - 26/10/81)

SINDICATO FAZ NOVA DENÚNCIA: PIAUÍ

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piri-piri denunciou à Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Piauí que os flagelados da seca alistados nas frentes de serviço daquele município estão recebendo Cr\$ 290 a menos do que os Cr\$ 4.070 fixados para dias de trabalho por semana. Além disso, trabalham cinco dias. A informação foi prestada ontem pelo presidente da Federação, Osmar Araújo. (ESP - 21/10/81)

FETAEMG ATRIBUI ÊXODO RURAL A GRILAGEM E DISPUTAS

A Fetaemg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas), em cartilha intitulada Conflitos, relaciona 43 disputas de terras entre posseiros, grileiros, reflorestadoras e entidades do Governo e atribui a esta situação o êxodo rural e favelamento dos centros urbanos. A Federação adverte que o Proálcool poderá desencadear conseqüências imprevisíveis.

veis na estrutura agrária brasileira. Como irregularidade, a Fetaemg aponta "a grilagem, jagunçagem, alteração de registros e expedientes suspeitos" e afirma: "A Justiça exige provas, mas não a autenticidade ou limpidez delas. Com dinheiro na mão, a fabricação de provas torna-se mais fácil" e são destruídas as provas apresentadas "pela parte mais fraca". (JB - 26/10/81)

ADVOGADO RECEBE AMEAÇA DE MORTE

O advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas, Afrânio de Oliveira e Silva, está recebendo ameaças telefônicas de morte e sequestro de seus filhos, por causa de sua atuação nas ações movidas pela entidade contra fazendeiros do Norte de Minas, Vale do São Francisco e Vale do Jequitinhonha. Segundo o advogado, as ameaças começaram depois que ele pediu o levantamento da documentação sobre a posse de terras em Varzelândia, onde Georgino Jorge de Souza, ex-comandante do Batalhão de Polícia de Montes Claros, expulsou 212 famílias da fazenda Iraçuã, a pedido dos fazendeiros Manoelito Maciel de Sales e Sebastião Alves da Silva. Expulsos em 1967, 50 posseiros tentaram em abril passado retornar às terras que ocupavam, mas foram impedidos pela polícia que prendeu 10 deles, deixando-os 18 dias sem alimentação. (FSP - 21/10/81)

COLONO DENUNCIA MAIS PRESSÕES EM SÃO GERALDO

Posseiros de São Geraldo do Araguaia (PA) "estão se escondendo em Belém, com medo da polícia", denunciou ontem o posseiro Manoel Bento de Matos, que afirmou estar fugindo da polícia e se escondendo em Brasília. Manoel diz ter sido ameaçado pela Polícia Federal, que na madrugada do dia 16 passado, ao prender as três freiras vicentinas e o padre irlandês Peter McCarthy, deteve também a mulher do posseiro, Elizete Matos, dizendo-lhe: "Beixinha, nós vamos matar teu marido, tu vais ficar viúva". O casal de posseiros deu entrevista ontem em Brasília, onde pretendem visitar os missionários franceses presos. De acordo com as informações de Manoel Bento, candidato da oposição sindical de São Geraldo do Araguaia, "a polícia está atrás de mim desde a prisão dos padres. Disse que "a Polícia Federal e o Catat estão sempre juntos, fazem o mesmo trabalho". Manoel Bento acrescentou que a Polícia Federal tem visitado os posseiros com um aviso: "Ou aceitam as indenizações ou vão presos." (FSP - 21/10/81)

POSSEIROS DEVERÃO SER EXPULSOS EM SERGIPE

O secretário de Segurança de Sergipe informou ontem que ainda esta semana a polícia usará a força para expulsar as 86 famílias de posseiros - cerca de 500 pessoas - que disputam na Justiça parte de uma fazenda adquirida recentemente pela Serigy Agroindustrial - Seragro -, de Aracaju, na região do Baixo São Francisco. Desde a semana passada o juiz de Neópolis, determinou a medida, uma vez que os posseiros se recusaram a deixar a área, apesar da liminar de reintegração de posse concedida em favor da empresa. Ainda ontem, no entanto, religiosos da diocese de Propriá, que apóiam os posseiros, divulgaram em Aracaju dois documentos assinados por mais de 1.300 moradores da região protestando contra a decisão do juiz e solicitando para a questão "a solução que todo mundo conhece: em caso de tensão social, a desapropriação para o bem público". Por sua vez, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe enviou ao governo federal documentos comprovando que a área é ocupada pelos posseiros há cerca de 100 anos. (ESP - 20/10/81)

CPT DENUNCIA CONFLITOS DE TERRA

Quase 2 milhões de brasileiros estão envolvidos hoje em conflitos de terra, de acordo com dados do Secretariado Nacional da Pastoral da Terra, em levantamento realizado até junho de 1981. Desses conflitos, a maior parte - cerca de 58,4% - ocorreu justamente no biênio 79/80, o que indica que não serão resolvidos logo após a aprovação do projeto de lei que reduz o prazo do usucapião. A Pastoral da Terra informa ainda que não foi possível delimitar todas as 916 áreas em litígio no país. Sabe, porém, que 343 dos conflitos abrangem uma área de 37 milhões 216 mil 698,5 hectares. Maranhão e Pará lideram as estatísticas, com 358 casos anotados pela Pastoral. Afirmando que a pesquisa é "parcial e provisória", a Pastoral revela que os 916 conflitos no país envolvem 261 mil 891 famílias, totalizando 1 milhão 972 mil 989 pessoas. (JB - 22/10/81)

PROFESSOR ACHA "SAÍDA MILAGREIRA"

Depois de definir o projeto de redução de 10 para cinco anos da posse de áreas rurais para requerimento de usucapião como uma "saída milagreira" do Governo para os problemas fundiários, o professor da Unicamp, José Gomes da Silva, também conselheiro da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), afirmou, ontem, que a iniciativa, se aprovada no Congresso, resultará "num perigoso aumento de conflitos entre proprietários e posseiros, pois os latifundiários vão impedir a qualquer custo a consagração de posses". Manifestou dúvidas quanto ao Artigo 2 do Projeto proposto pelo Presidente em Exercício que, na sua opinião, em sua atual redação "parece restringir o benefício da redução do usucapião apenas aos posseiros das terras públicas, quando se sabe que a grande maioria está em terras particulares: se for aprovado na atual redação, será um blefe". Ao defender a Reforma Agrária como única alternativa para solucionar os impasses fundiários e a marginalização do homem do campo, José Gomes da Silva afirmou que, na hipótese de aprovação da lei de redução de posse para fins de usucapião, haverá "incontrolável aumento dos conflitos entre posseiros e proprietários". Na sua opinião, ante a ameaça de perderem as terras, os latifundiários intensificarão "as perseguições, violências e expulsões de famílias ocupantes para que não completem os cinco anos de uso e benefícios com a propriedade". Acredita que estas agressões começarão "muito em breve, pela simples ameaça de aplicação da lei". José Gomes da Silva acentuou que, proporcionalmente a certos Estados do Norte, a Região Sul, hoje, agrupa os maiores índices de latifúndios improdutivos. Citou o exemplo de São Paulo, que tem uma superfície total de 20 milhões 452 hectares, dos quais 5 milhões estão "em mãos de grandes empresas, servindo apenas para capitalização." O mesmo ocorre, segundo ele, no Rio Grande do Sul, que, em um território de 21 milhões 730 mil hectares, tem 2 milhões 172 mil 344 hectares de terras improdutivas. "E depois o governo gaúcho vem dizer que não há terras no Estado para colocar 300 famílias sem terras que, há oito meses, passam fome na beira da estrada", concluiu, referindo-se às 310 famílias acampadas em Ronda Alta. (JB - 24/10/81)

ÍNDIOS

EMPOSSADO NOVO CORONEL-PRESIDENTE DA FUNAI

O novo presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, afirmou ontem, ao ser empossado no cargo pelo ministro do Interior, que há um consenso de que a temática indígena, "plena de conflitos reais e potenciais,

constitui um dos mais importantes objetivos nacionais e permanentes". O coronel, que durante vários anos acompanhou os problemas das terras indígenas junto ao Conselho de Segurança Nacional, afirmou que os índios "são uma realidade social permanente dentro da sociedade nacional, e sua integração tem que ser feita de maneira harmoniosa e disciplinada, para que não ocorra um choque entre duas culturas de hábitos e costumes diferentes". O coronel Paulo Leal, citando Rondon, disse que "o propósito do Serviço de Proteção ao Índio não é transformar o índio em não índio mas, sim, fazer do índio um índio melhor". Os índios presentes à cerimônia - entre eles Marcos Terena, piloto formado com grau universitário - estavam satisfeitos com a sua escolha. "Não somos contrários à presença de um militar à frente da Funai, disse ele. Rondon também era militar e foi um amigo do índio". Para Terena, a troca do coronel Nobre da Veia pelo coronel Leal representa uma mudança "de água para vinho". O ministro do Interior, ao falar, afirmou que a questão indígena "não é apenas de natureza fundiária, mas extrapola este aspecto para assumir verdadeiro sentido antropológico". "Todo nosso empenho é no sentido de acelerar, ao máximo, esse programa de demarcação e regularização de terras, com o propósito de delimitar, de modo claro e inquestionável, as áreas a serem preservadas", disse o ministro do Interior. (ESP - 20/10/81)

NOVO CORONEL-PRESIDENTE DA FUNAI SEGUIRÁ "OBRA" DO CORONEL ANTERIOR

A principal meta da nova administração da Funai será a demarcação das terras indígenas, dando continuidade ao trabalho de seu antecessor, disse ontem o novo presidente do órgão, Coronel Paulo Leal, após palestra na Escola Superior de Guerra, da qual também participou o Coronel ex-presidente da Fundação. Sobre a candidatura do Cacique Juruna a deputado federal, o Coronel Paulo Leal afirmou que a Funai não foi consultada, mas que Juruna tem "todas as condições para se candidatar e até se eleger. A Funai não colocará qualquer obstáculo a esta pretensão de Mário Juruna. Chegando à sala de imprensa da ESG, o Coronel Paulo Leal disse que a nova administração da Funai dará toda a ênfase à demarcação de terras, à saúde e à educação das tribos indígenas. O Coronel Leal insistiu na continuação da política adotada pelo seu antecessor "em consonância com a Constituição Federal, o Estatuto dos Índios, as diretrizes setoriais do Presidente da República e as normas do Ministério do Interior". Acrescentou que o órgão dará proteção às famílias que porventura ocupem terras indígenas, "pois elas para lá foram bem-intencionadas". A Funai não é um instrumento de desassossego social. Se possível, queremos que os fazendeiros, os posseiros, os grileiros e os índios fiquem satisfeitos com nossas ações. Sobre o envolvimento de setores da Igreja em áreas conflitadas, o Coronel Paulo Leal afirmou que todas as organizações religiosas sempre fizeram, estão fazendo e farão muito pelas comunidades indígenas". A Funai sempre buscará um assessoramento, um conselho de todas estas organizações religiosas. Fez um apelo para que a imprensa o ajude, levando possíveis denúncias ao seu conhecimento, antes de publicá-las nos jornais. "Índio e imprensa têm prioridade na minha agenda e não esperam na porta de meu gabinete. Se não puderem ir lá, podem telefonar." - Qual o seu telefone? Bem, eu não posso dizer, porque assumi há muito pouco tempo. Mas, assim que souber, eu o forneço rei. (JB - 23/10/81)

LÍDER SATERÉ-MAWÉ DENUNCIA "ELE EQUITAINE"

O índio Emílio, 70 anos, um dos mais antigos Iuxaua (chefe) dos Sateré-Mawé da região do Rio Andira, no Médio Amazonas, denunciou em Manaus - para onde veio tratar pessoalmente do assunto com o Delegado regional da Funai - que os brancos do acampamento da empresa francesa Elf Equi-

taine, autorizada pela Petrobrás a procurar petróleo na reserva da tribo, têm exibido filmes pornográficos vistos também pelos índios. Emílio afirmou que os brancos, além de terem chegado "como doença na reserva", isto é, sem aviso ou permissão, vêm poluindo o Rio Andira, lançando em suas águas latas vazias, garrafas e detritos. Disse que alguns dos técnicos estrangeiros que trabalham na área têm o costume de pousar de helicóptero nas aldeias. De acordo com Emílio os Sataró-Mawé da região do Rio Andira, no Município de Barreirinha, não se conformam com a presença e o comportamento dos brancos na área. Anteriormente, durante um período de dois anos, a tribo viveu experiência semelhante e enfrentou graves problemas, principalmente devido à ingestão de bebida alcoólica, "que corria livre, era dada ou vendida aos índios". Isso sem contar o fato de os homens de tais acampamentos "não terem respeito pelas famílias" dos índios. (JB - 25/10/81)

IGREJA

CNBB ESPERA EFICÁCIA NO PRAZO MENOR DE USUCAPIÃO

A redução de dez para cinco anos de prazo de moradia para que um possessor reivindique a propriedade de uma terra desocupada, proposta pelo governo em projeto de lei enviado ao Congresso, "só poderá alcançar o efeito desejado na medida que se criem processos para garantir sua efetivação, de sorte que o atraso na aplicação não cause decepção àqueles que necessitam da terra para a sobrevivência de suas famílias". A opinião é do secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes de Almeida. Em nota oficial divulgada em São Paulo, dom Luciano observou que o projeto divulgado anteriormente "anuncia uma nova fase para a solução do problema da terra, que vem ao encontro da expectativa de tantos segmentos da sociedade, incluindo os apelos da Igreja, nem sempre bem compreendida". No Rio, o advogado da Comissão Pastoral da Terra, Miguel Pressburguer, considerou o projeto incapaz de resolver os conflitos de terra, por não atingir a maioria dos sem-terra, não tocar nos latifúndios e levar o posseiro beneficiado a "atolar-se na burocracia judicial". Para dom Luciano, a proposta governamental "permite alimentar a esperança de que o problema da terra ocupe lugar prioritário nas metas do atual governo", pois "assegura uma intenção clara de reajustar o Estatuto da Terra". Mas para o advogado Miguel Pressburger, "o projeto é uma cortina de fumaça com que se procura agora encobrir as raízes de um problema que existe a partir da distorcida e injusta estrutura fundiária brasileira, cuja solução depende inevitavelmente de uma profunda reforma agrária. A proposta do governo não põe em risco os grandes interesses envolvidos nos conflitos da terra que continuará quase inacessível para os pequenos agricultores". (FSP - 22/10/81)

BISPOS ATACAM PLANO CONTRA SECA

Os bispos da Regional Nordeste II, que abrange Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, divulgaram ontem no Recife um comunicado de 15 pontos nos quais criticam os programas de emergência do governo federal e consideram a seca "um movimento privilegiado para o despertar da consciência crítica do povo". No comunicado, os bispos nordestinos frisam que "a seca, fenômeno climático inevitável, não é o problema maior do nordeste, nem a raiz de seus males, já que nas áreas úmidas a miséria não é menor. A solução definitiva da região depende, portanto, não de chuvas, mas de uma decisão política". O documento, além de criticar

obras feitas sem a participação popular, apóia todas as iniciativas dos trabalhadores e de seus sindicatos e exalta o espírito de luta dos agricultores. Os bispos apelam "confiadamente aos sacerdotes e demais agentes de pastoral para apoiarem e estimularem o povo pobre e sofrido nos seus projetos, seus sindicatos e outras formas de organização popular, inclusive com gestos concretos que provem a opção preferencial pelos pobres". (ESP - 23/10/81)

RELATÓRIO DENUNCIA TORTURA DE RELIGIOSOS

O padre irlandês Peter McCarthy, as quatro freiras vicentinas e os dois leigos presos na última sexta-feira em São Geraldo do Araguaia, Pará, foram torturados por agentes da Polícia Federal - denunciaram o padre e duas das missionárias, Helena Soares Melo e Helder Bedendo, em relatório divulgado ontem pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Entretanto, o Ministério da Justiça negou "qualquer envolvimento da Polícia Federal" no episódio. Falando em nome do ministro da Justiça, seu assessor de imprensa, recusou-se a comentar a prisão dos religiosos, a versão dos mesmos ou apresentar a versão do Ministério. Hoje, o secretário geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, vai divulgar nota oficial sobre o episódio. A entidade entregou aos jornalistas o relatório dos religiosos presos, sem qualquer comentário. (FSP - 20/10/81)

CONCLUÍDO INQUÉRITO SOBRE PADRES FRANCESES

O Ministério da Justiça não quis comentar o término, hoje, do prazo de 15 dias para a conclusão do inquérito de expulsão instaurado contra os padres franceses Francisco Gouriou e Aristides Camio, presos na Polícia Federal. Mantido sob o mais denso sigilo pela Polícia Federal, que conduz diretamente o processo contra os padres, o inquérito deverá obedecer a rito sumário, incluindo sua passagem pelo Departamento Federal de Justiça, que cuida dos estrangeiros, para ser imediatamente submetido ao ministro da Justiça. Recebido o inquérito, que segundo todas as previsões deverá concluir pela expulsão dos dois religiosos, poderá ser remetido imediatamente ao vice-presidente em exercício Aureliano Chaves, a quem compete decretar a medida. Também é possível que ele seja levado no despacho que o ministro da Justiça terá na próxima segunda-feira, às 15h45, com Aureliano. No Palácio do Planalto, o porta-voz do presidente reafirmou, a respeito do assunto, que o vice-presidente cumprirá a lei e o que a Justiça decidir. (FSP - 25/10/81)

HABEAS CORPUS PARA PADRES FRANCESES

Praticamente certos de que culminará em expulsão o processo administrativo instaurado pelo Ministro da Justiça contra os padres franceses Aristides Camio e François Gouriou, seus advogados já estão prontos para impetrar no Supremo Tribunal Federal um habeas corpus para que não se cumpra a decisão presidencial. Dos 62 processos de habeas corpus julgados pelo STF para decidir sobre expulsão de estrangeiros, apenas três foram concedidos até hoje e, do total, só um sacerdote - o italiano Vito Miracapillo - esperou ser beneficiado com uma decisão da Corte. Os próximos padres a impetrar o habeas corpus poderão ser os franceses, presos em Brasília. (JB - 26/10/81)

OPOSIÇÕES REJEITAM SUBLEGENDA

Por 216 votos contra um, a Câmara dos Deputados rejeitou o projeto do Governo que estendia as sublegendas às eleições para governador em 1982. A sessão durou 11 horas e contou com a presença maciça dos parlamentares da Oposição. O projeto foi derrotado com os votos dos deputados da Oposição, de 10 dissidentes do PDS e de mais seis que continuam sem filiação partidária. Desde as 9h30m, quando teve início a sessão, até seu término às 20h30m, o PDS foi derrotado em cinco votações nominais, provocadas pelos seus líderes, Deputado Ricardo Fiúza e Senador Murilo Badaró - que tentavam evitar a rejeição do projeto que o Governo tinha esperança de que fosse aprovado por decurso de prazo. (JB - 23/10/81)

PMDB REJEITA INGRESSO DE JÂNIO

Por 13 votos a 2, a Comissão Executiva Nacional do PMDB negou ontem o pedido de filiação do ex-presidente Jânio Quadros ao partido. Votaram a favor de Jânio, como estava previsto, apenas o 3º vice-presidente Alencar Furtado, e o Senador Orestes Quêrcia (vogal). Contrariando a expectativa, até o presidente do partido, Blisses Guimarães, votou contra. (FSP - 21/10/81)

JUIZA RESPONSABILIZA UNIÃO PELA PRISÃO E MORTE DE MÁRIO ALVES

A Juíza Tânia de Melo Bastos Heine, da 1ª Vara Federal, julgou procedente a ação que responsabilizou a União pelos danos morais e materiais causados à família do jurista Mário Alves de Souza Vieira por seu sequestro, prisão ilegal, tortura, morte e ocultação do cadáver. Ele foi preso a 16 de janeiro de 1970 e levado para o 1º Batalhão de Polícia do Exército. Na sentença proferida ontem, a Juíza Tânia Heine, além de reconhecer o vínculo obrigacional da União de indenizar Dilma Borges Vieira e Lúcia Caldas, mulher e filha do jornalista, condenou a ré ao pagamento dos honorários advocatícios, arbitrados em 20% do valor da causa. No processo há depoimentos de testemunhas que viram Mário Alves ser torturado. (JB - 20/10/81)

OUTRAS

UNE PREPARA CONGRESSO E ESPERA 10 MIL ESTUDANTES

As lutas estudantis (barateamento das anuidades), a situação política do país ("eleições honestas" em 82), a estruturação da entidade (recriação do Centro Popular de Cultura - CPC) e a situação internacional (paz mundial) - são os temas do 33º congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), a ser realizado entre 12 e 15 de novembro nas cidades de Cabo Frio e Araruama (RJ), com a presença prevista de 10 mil universitários. O encontro terá abertura solene às 10h de quinta-feira, dia 12 de novembro, no estádio municipal de Cabo Frio, com um discurso do presidente da UNE, Aldo Rebelo. (JB - 26/10/81)

CONFLITOS DE TERRA NO BRASIL

Estados	Nº de Conflitos	Nº de Famílias	Nº de Pessoas	Área em Ha
Acre	21	1.180	6.390	820.712
Alagoas	15	2.081	12.200	11.549
Amapá	05	12	20	253.000
Amazonas	23	170	6.252	91.396
Bahia	94	24.201	252.201	2.906.590
Ceará	14	2.032	13.860	15.699
D. Federal	03	187	935	65.000
E. Santo	03	150	500	30.000
Goiás	53	2.776	16.376	495.266
M. Grosso	62	11.010	61.400	1.033.527
M. G. Sul	19	1.861	22.560	454.112
Maranhão	207	67.184	334.080	7.706.075
M. Gerais	33	35.383	77.456	137.524
Pará	151	37.874	208.272	13.511.865
Paraíba	14	1.934	16.220	74.013
Paraná	16	11.931	59.780	2.049.204,5
Pernambuco	26	31.635	173.898	39.168
Piauí	15	2.387	11.160	205.294
R. Janeiro	53	5.387	57.170	61.272
R. G. Norte	16	9.451	59.746	129.336
R. G. Sul	09	4.264	21.320	10.235
Rondônia	14	2.618	12.091	147.000
Roraima	02	-	8.500	6.630.000
S. Catarina	12	2.019	10.795	17.557
São Paulo	20	3.341	17.065	313.145
Sergipe	13	1.089	10.780	87.056
Total:	915	261.791	1.572.989	37.216.697,5

(Fonte: Comissão Pastoral da Terra) - (JB - 22/10/81)